

Ouro Preto. Cidade Histórica da Mineração no Sertão Brasileiro

Francisco CAPUANO SCARLATO

ECONOMIA DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII E O POVOAMENTO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

«Durante os primeiros tempos da colonização do Brasil, os sítios povoados, conquistados à mata e ao índio, não passam geralmente de manchas dispersas, ao longo do litoral, mal plantadas na terra e quase independente dela. Acomodam-se à arribada de navios, mais do que ao acesso do interior, esses núcleos voltam-se inteiramente para o outro lado do oceano.»

(Sérgio Buarque de Holanda - *Monções*)

Ouro e Povoamento

O final do século XXII marcou para o Brasil, enquanto colônia portuguesa, significativas transformações na sua economia e organização territorial. A consolidação de uma forte economia açucareira na região das Antilhas, concorrendo com as regiões produtoras do litoral nordestino brasileiro, criou as condições

para a reorientação do polo econômico do açúcar para a economia da mineração. Este feito permitiu que se deslocasse o eixo do povoamento para outras regiões do território colonial brasileiro.

Portugal que sustentava sua economia com as exportações internacionais do açúcar proveniente do litoral nordestino, frente a superioridade Holandesa na produção e controle dos mercados internacionais do açúcar das Antilhas, teve que buscar na mineração do ouro brasileiro, a saída para sua crise.

Até o final do século XVII toda e qualquer forma de deslocamento do eixo de povoamento das regiões do açúcar era rigidamente controlada pela coroa portuguesa, evitando qualquer movimento de migração para as terras do interior. Enquanto a agricultura da cana-de-açúcar representou o centro dos interesses econômicos portugueses, qualquer possibilidade de organização de movimentos populacionais para o interior do território em busca de ouro, era controlada pela metrópole.

Porém, desde 1560, os paulistas já haviam descoberto ouro nas vizinhas vilas de São Paulo, região do Jaraguá, e nos finais do século XVII já haviam chegado à região das Gerais (atual estado de Minas Gerais) onde fundaram Sabará. Isto revela que, mesmo com a existência de toda uma legislação portuguesa que controlava as penetrações de correntes de povoamento para o interior, os paulistas, transgredindo estas leis, expandiam as fronteiras do povoamento em várias direções do território, invadindo, inclusive, os territórios das colônias espanholas na América do Sul, delimitados, até então, pelo Tratado de Tordesilhas.

Quando, em 1750, foi assinado o Tratado de Madrid, entre Portugal e Espanha, delimitando as novas fronteiras em suas terras coloniais da América, em superação ao Tratado de Tordesilhas, os bandeirantes paulistas¹, já haviam chegado até as cordilheiras dos Andes. O Tratado de Madrid foi responsável pela maior parte da atual configuração do território brasileiro.

Com o advento da economia da mineração, a vigilância da coroa portuguesa sobre o fisco, assumiu projeções que até então não se havia configurado. Para um melhor controle do contrabando e do fisco sobre as regiões produtoras de ouro, transferiu-se a capital da colônia da cidade de Salvador, na Bahia, para a cidade do Rio de Janeiro. Assim, pela localização geográfica desta cidade, mais próxima da região de Minas Gerais, o controle ficara mais fácil.

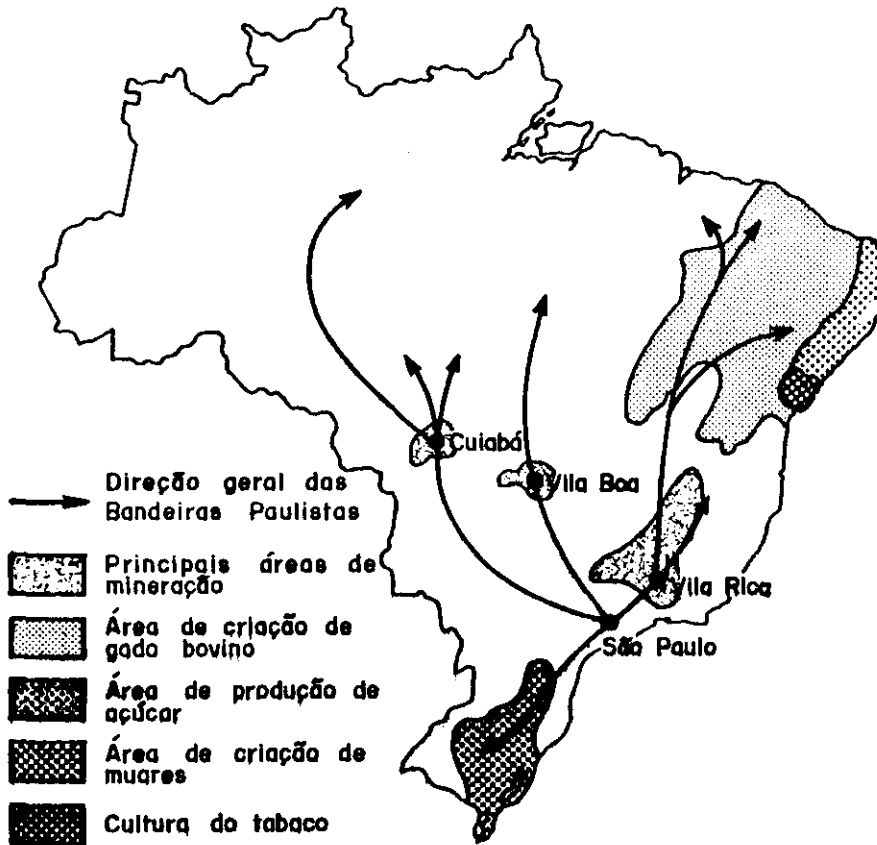
Paralelamente, a coroa passou a exercer um severo controle ao redor das áreas de mineração. A extrema fiscalização exercida por Portugal revelou-se pela criação de um grande aparelho militar. A criação no Rio de Janeiro de um Tribunal de Apelação, testemunha o crescimento de importância dos problemas jurídicos na colônia.

¹ Bandeirante eram os desbravadores e conquistadores de territórios que organizaram as chamadas Bradeiras-expedições que independente da autoridade portuguesa se embrenhavam pelo sertão e interior do Brasil, inicialmente com a finalidade de apresamento de índios como mão-de-obra, depois em busca de ouro e pedras preciosas. As Bandeiras existiam desde o final do século XVI, até o século XVIII).

A montagem do aparelho Jurídico, administrativo e militar, instituições, inexistentes ou inoperantes, até então, traduzem a importância que o ouro passou a representar para a combalida economia portuguesa. A média da arrecadação do fisco na região das Minas Gerais, somente durante o período de 1740-1750 foi de 16.000 Kg. por ano, 1/5 da produção destinada aos tributos para a Coroa. (Sérgio Buarque de Holanda, 1968).

Assim, o ouro redefiniu a política portuguesa que orientava a fundação de vilas e cidades no interior do Brasil como forma de concentrar o povoamento junto à orla litorânea e garantir a sustentação da expansão agrícola nestas áreas.

ÁREAS DE DOMÍNIO DO AÇÚCAR, DO GADO, DA MINERAÇÃO E DIREÇÃO GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS (SEC. XVI, XVII E XVIII)



Fonte: Raul de Andrade o Silva, A evolução econômica. In *Brasil, a terra e o homem*.

Á partir da consolidação da política pombalina para o estado português, a fundação de vilas e cidades passou a ser definida de forma a seguir as diretrizes imposta pela coroa. O absolutismo português passou a exercer um rígido controle não somente para a fundação destas vilas, como também, nos planos urbanísticos que deveriam orientar a construção das mesmas: «A administração pombalina promoveu a criação de uma extensa rede de vilas, através da qual procurou implantar um sistema de estreito controle, sobre a vida colonial» (Nestor Goulart Reis, 1994, p. 9). No final do século XVII e início do século XVIII, aquelas restrições sobre a penetração e fundação de vilas no interior do território da colônia, haviam sido relaxadas. Com o incremento da descoberta do ouro, estas vilas interioranas, tiveram que se submeter à «sólida política urbanizadora pombalina».

A Fundação de Ouro Preto

Com o afrouxamento do «controle» português sobre o povoamento no interior do território da colônia e o crescimento das bandeiras de exploração do ouro, em substituição às bandeiras de apresamento de índios, fin al do séc. XVII foram sendo fundadas várias vilas e arraiais em diferentes regiões, principalmente naquelas áreas que revelavam o aparecimento de jazidas de ouro. As regiões de Goiás, Mato Grosso, presenciaram o aparecimento de muitas delas. Porém, na região de Minas Gerais, nos limites dos terrenos proterozoicos da Serra do Espinhaço, foi fundada aquela que se transformou na mais rica e próspera de todas as vilas do período da mineração do ouro - Vila Rica, hoje cidade de Ouro Preto.

Em fins do século XVII, no «Sertão do Catagua» um bandeirante paulista provindo da região de Taubaté, no vale do Paraíba, província de São Paulo, fundou o arraial² de Ouro Preto. Este nome refere-se ao fato de que os primeiros minerais encontrados no ribeirão, localizado numa das grotas de relevo acidentado, tinha a cor escura. A este lugar, onde cresceu o arraial, denominou-se então de Ouro Preto. Posteriormente, com o crescimento de outros arraiais na redondeza, em outras grotas e ribeirões, quando o povoamento já havia crescido e fundindo-se em um só, foi elevado à categoria de vila, passando a chamar-se de Vila Rica. Em 1720, tornou-se a ser a sede do governo da província de Minas Gerais. Somente em 18325, com a Independência do Brasil, foi elevada à categoria de cidade, agora com o nome de Imperial cidade de Ouro Preto. À partir de 1897 deixou de ser a capital da província com a transferência da sede do governo para a cidade de Belo Horizonte.

² Arraial é o termo utilizado para designar aquelas formas de concentração populacional sem organização mínima de serviços terciários que caracterizam uma vila ou uma cidade. Portanto é a forma mais primária de aglomeramento humano.

Durante aproximadamente 60 anos, Vila Rica viveu o esplendor da riqueza do ouro. Calcula-se que entre brancos livres e negros escravos, a população de Vila Rica e arredores, na época do apogeu da mineração, chegou a representar um aglomerado de 80.000 mil pessoas, em sua maior parte vivendo no interior no núcleo urbano. Foi o centro mais rico de um conjunto de vilas fundadas no período entre elas: Mariana, Sabara, Tiradentes, São João Del Rei, Congonhas do Campo, com as quais desfrutou o apogeu de uma época cuja duração foi relativamente efêmera. Ao findar o século XVIII, com a crise da mineração, estes núcleos viveram um acentuado declínio no seu crescimento.

As cidades históricas do período de mineração, localizadas em um relevo acidentado do Sudeste, da então província de Minas Gerais, distantes aproximadamente 500 km do Rio de Janeiro, representaram um desafio no processo de povoamento do território colonial brasileiro.

Até esta época o povoamento havia se restringido as terras litorâneas. Com a descoberta e exploração do ouro, verificou-se não somente o deslocamento do eixo do povoamento do litoral para o interior, como também, o deslocamento do centro econômico colonial do nordeste canavieiro para a região sudeste. Fato este que pedurará até os dias de hoje.

A análise das condições físicas do sítio onde se implantou Vila Rica permitiu-nos observar uma inadequação para a implantação de uma cidade. Seu relevo acidentado, apresentando vertentes muito íngremes, oferece poucas condições para o estabelecimento de praças e vias para a circulação. Ruas tortuosas, ladeiras com forte inclinação. Mesmo naquela época, em que o transporte era feito com tração animal ou liteiras, carregadas por escravos, as condições já apresentavam-se inadequadas como sítio.

Buscando-se a explicação do porque da implantação de Vila Rica neste tipo de relevo, constatamos o fato de que, o início do povoamento do arraial se fazia junto às áreas de extração do ouro no fundo dos íngremes vales. À partir dos quais é que o povoamento ia se fazendo ladeira acima. Este processo desordenado explica a existência de ladeiras que, além de íngremes, apresentam-se tortuosas para poderem adaptar-se ao movimentado relevo.

Estes fatores - distância do litoral, relevo acidentado -, exerceram profunda influência para explicar porque, após a decadência da mineração, a cidade de Ouro Preto com seu rico acervo artístico e arquitetônico, foi preservada da ação demolidora que atingiu outras cidades baileiras. Fosse pela expansão das atividades agro-pastoris, como também, pelas atividades comerciais, o Sudeste brasileiro à partir da segunda metade do século XIX, transformou-se na mais rica e próspera região brasileira. Apesar disto, as condições físicas em que se colocava Ouro Preto, preservou-a de todo este «progresso».

OUTO PRETO - A EXPERIÊNCIA URBANA DE UM BRASIL RURAL

A presença de Ouro Preto nos dias de hoje no interior de uma região montanhosa, ainda com escassa população ao seu redor, revela-se como um verdadeiro «monumento» urbano, guardando em relação ao seu conjunto a fisionomia de uma paisagem exótica. Se fizermos uma abstração no tempo e recuarmos para aquele século XVIII, quando a ocupação do território brasileiro restringia-se a pontos isolados do seu extenso litoral de difícil comunicação com seu interior, a presença da cidade de Ouro Preto, aparece como um cenário mágico e fantástico, perdido na imensidão do sertão mineiro.

As relações sociais de produção que caracterizaram o povoamento das cidades históricas mineiras, fundamentadas no trabalho escravo, na pequena propriedade de produção mineradora do ouro, voltadas para o exterior, marcaram as formas de estruturação desta sociedade.

Diferentemente das regiões canavieiras onde predominaram o grande latifúndio, a monocultura e uma sociedade senhorial e patriarcal, esta zona de mineração sempre se apresentou agricolamente pobre³. Estando a propriedade da terra sobre controle da coroa, o acesso à mesma era feito através das «datas» - lotes concedidos pela coroa para a exploração do ouro. A concessão das «datas» estava relacionada com a capacidade que os indivíduos de qualquer origem social demonstravam para lavar o ouro.

A dispersão das atividades pelos ribeirões e a impossibilidade de fixar residência junto à área de produção que normalmente era itinerante, forçava aos proprietários a estabelecerem suas residências no núcleo urbano. A itinerância da produção relacionava-se ao fato de extração do ouro se realizada nos fundos dos córregos com o uso da bateia, recipiente em forma de bacia, com as quais se lava o cascalho e retirava-se o ouro dos correços. A itinerância pelos córregos impedia qualquer forma de vida sedentária entre o proprietário com a «data» como unidade de produção. Diferentemente era a zona canvieira, onde a Casa Grande (residência do senhor de Engenho, com toda a família e agregados) ficava de forma permanente localizada no interior daquelas grandes unidades monocultoras.

Enquanto na área de mineração - unidades de extração, arredores e núcleo urbano não produziam quase nada para o abastecimento, a grande propriedade canvieira apresentava-se como unidade quase que autosuficiente. Este fato vai nos permitir explicar porque as cidades nas zonas de mineração passaram a apresentar um dinamismo urbano superior quando comparado àquele das zonas canavieiras.

³ Fosse em relação às dificuldades do relevo ou pela exclusão de possibilidade de se desviar força de trabalho livre ou escravo das atividades de extração do ouro para a agricultura, quanto muito, pode se observar na região, uma fraca agricultura de subsistência, mal podendo abastecer com ela, as necessidades dos aglomerados urbanos.

A Nova Sociedade Urbana

«A espécie de igualitarismo, que neste caso se estabelece entre elementos de todas as classes e extrações, e, de indivíduos, alheios à empresa mineradora, se deixam para disporem de si mesmos e de seus atos, principalmente na esfera econômica, servirão de reforço, provavelmente, ao cunho democrático assumido pela ocupação do território nas Gerais, comparada à de outras partes do Brasil - quando uma avalanche de imigrantes de toda casta de fato a primeira imigração espontânea em massa que recebera a colônia portuguesa em qualquer de suas partes, se lança sobre aquela terra, na demanda de riqueza fácil.»

(Sergio Buarque de Holanda, 1968, pp. 297).

A natureza da sociedade que se esboçou na região das Gerais, como já dissemos anteriormente, difere das regiões senhoriais e patriarcais da zona canavieira do nordeste. Nestas, o senhor de engenho revestido do poder que emanava da propriedade da terra, de centenas de escravos e do controle da produção do açúcar, com a carga da tradição de várias gerações como grandes proprietários, vivendo na Casa Grande, procurou assumir no Brasil o aparato cultural de tudo que pudesse compará-la à sociedade européia.

Casa Grande de um lado, Senzala do outro, representaram a rígida estratificação da Sociedade colonial escravocrata brasileira. Tudo isto definindo não somente a estruturação social e política no interior das grandes propriedades, mas, também, reproduzindo nas cidades litorâneas de Salvador, Recife, Olinda, sua rigidez e imobilidade social.

Na zona da mineração o mínimo que se exigia dos «forasteiros» para a distribuição das «datas» era a posse de qualquer bem... «Esta gente em sua maioria sem passado que não se vexam as vezes de ir catar ombro a ombro com o escravo, se o tem.» Juntamente com eles, são mercadoras e mecânicos, gente proveniente de todas as atividades nos primeiros tempos das cidades. Alheios aos títulos e honrarias lançam-se ao enriquecimento rápido e à consolidação de algumas fortunas». (Sales, 1982).

Assim, as cidades da mineração, em especial Vila Rica, a mais expressiva e grandiosa, aparece como o lugar de residência de uma classe de «novos ricos». O convívio de gente de toda procedência, a mobilidade social, onde muitos enriqueciam rapidamente, como também, perdiam o que possuíam, revelava um

tipo de relação social onde o ouro e o dinheiro tornaram-se moeda corrente. Não raro este fato garantia a muitos negros escravos o pagamento de sua alforria, o que levava a um convívio social em que uma literatura conservadora denominou de «sociedade promíscua».

A grande concentração de população urbana, criava um estímulo ao desenvolvimento das atividades comerciais nestas cidades. O volume das importações de mercadorias trazidas de São Paulo (ferramentas e acessórios para as minas) ou do Rio de Janeiro, porto por onde entravam outras mercadorias importadas do estrangeiro, gerava em Vila Rica um próspero comércio. Não raro, muitos dos mineradores colocavam parte da sua mão de obra escrava a realizar um pequeno comércio na cidade. Isto garantiu a muitos deles, pelos benefícios recebidos de seus senhores, pagarem sua alforria. Vale aqui lembrar a lendária figura de Chico Rei, escravo negro, pertencente à uma realeza africana que chegando ao Brasil, depois de algum tempo, conseguiu pagar sua alforria tornando-se proprietário de uma mina de ouro e com ela alforriar outros negros escravos.

A inexistência de uma produção local de manufaturas, tanto pela orientação da força de trabalho para a mineração, ou pelas proibições impostas pela coroa portuguesa para evitar a concorrência com as manufaturas importadas da Europa, principalmente da Inglaterra, honrando tratados de comércio com a mesma, Portugal inibiu a possibilidade deste comércio em transformar-se num potencial para a industrialização.

O ouro que circulou pelas cidades históricas de Minas Gerais, permitiu não somente o financiamento da produção do rico acervo da arte religiosa colonial brasileira, como, também, pagar as dívidas contraídas por Portugal com a Inglaterra.

Foi no interior deste conjunto de cidades, regionalmente mal estruturadas entre si, que à partir da segunda metade do século XVIII, surgiu no interior desta nova sociedade, um grupo significativo de artistas e intelectuais e uma vida política mais intensa. A complexidade das relações sociais que aí se desenvolveram, criaram um clima de urbanidade jamais vistos até então no Brasil colonial.

Podemos dizer que, pela primeira vez em sua história, abria-se para o Brasil a perspectiva de se viver em uma cidade com «vida própria». Onde a eferescência de sua vida cotidiana era produzida no seu próprio interior. Suas festas religiosas, seus clubes literários. Os debates políticos realizados clandestinamente, dava-lhe um ritmo de vida bem diferente daquelas cidades do açúcar, que representavam muito mais a «ante sala» de visita da Casa Grande, do que uma cidade.

No interior do movimento literário - o arcadismo -, desenvolveu-se em Vila Rica uma forte literatura de oposição ao absolutismo português que mergulhava Vila Rica num clima crescente de repressão e terror. A cobrança cada vez

maior dos tributos sobre o ouro, que na segunda metade do século XVIII começava a escassear, criava um clima de arbitrariedades por parte do fisco, estimulando um clima de rebelião.

Claudio Manoel da Costa, Tomás Antonio Gonaga, Alvarenga Peixoto, escritores e poetas, tornaram-se os mentores intelectuais do primeiro grande movimento de luta pela independência do Brasil. O poema -«Vila Rica», de Claudio Manoel da Costa; Tomás Antonio Gonzaga com seu «Tratado de Direito Natural» e «Cartas Chilenas», criaram uma literatura de protesto às injustiças e repressão que se acentuavam na colônia.

O ativismo intelectual dos poetas arcádicos, a audácia e a coragem do alferes⁴ José Joaquim da Silva Xavier, O «Tiradentes», lideraram o movimento que tornou-se o símbolo de luta da nacionalidade brasileira - A Inconfidência Mineira. Este movimento nacionalista, apesar de ter sido derrotado, suas lideranças executadas e banidas do Brasil, até hoje é considerado como o berço da formação da consciência nacional brasileira. A morte por enforcamento de Tiradentes em praça pública, o esquartejamento de seu corpo, sendo sua cabeça exposta na praça central de Vila Rica e as demais partes do corpo ao longo do caminho que ligava Vila Rica ao Rio de Janeiro, onde fora enforcado, são testemunhas da violência como a metrópole reprimiu a rebelião.

O fato da Inconfidência, como movimento de luta pela independência, ter ocorrido em Vila Rica, não foi obra do acaso. As particularidades desta nova sociedade urbana que aí havia se consolidado, esta na genese do movimento. Contrariamente das cidades do açúcar, onde o aparelho administrativo português havia consolidado formas de negociação de interesses múltiplos com as oligarquias, na região do ouro e em especial em Vila Rica, a «classe média» emergente e seus intelectuais, com formação teórica fundada no espírito das idéias liberais do iluminismo europeu, colocaram-se desde o início em oposição às formas repressivas da dominação portuguesa.

O espírito de insatisfação propagou-se rapidamente no interior da cidade. A nova vida urbana, onde as informações circulavam rapidamente, fosse através de panfletos e periódicos ou reuniões clandestinas; criaram nesta cidade, a melhor de todas da mineração e uma das maiores do Brasil; a condição da insurreição contra o absolutismo da metrópole.

É interessante observar que não foi nas cidades litoraneas que já existiam sob o jugo português há quease três séculos, que se iniciou um movimento com características populares e nacionalistas de tal envergadura, mas sim nas terras perdidas do sertão mineiro, no interior do Brasil. Por mais de 3 anos, desde 1789 até 1792 quando foi enforcado Tiradentes, vimos ocorrer um dos maiores movi-

⁴ José Joaquim da Silva Xavier, após ter sido minerador, mascate, alistou-se na tropa da capitania de Minas Gerais, nunca passando da condição de alferes (segundo tenente das tropas).

mentos de repressão sobre a colônia brasileira - a «devassa». Foram 3 anos de arbitrariedades, com casas invadidas e vasculhadas, cidadãos presos e confinados por vários anos.

Assim, falarmos sobre as cidades históricas mineiras assume um significado que transcende sua importância como patrimônio artístico e cultural, hoje, considerado pela Unesco como patrimônio da Humanidade. Elas representam simbolicamente o marco da nacionalidade brasileira.

UM «MONUMENTO» BARROCO NO SERTÃO BRASILEIRO

«Se Vila Rica surge na formação da sociedade nacional como punjante exemplo da primeira cultura urbana de formação espontânea e de função não-litorânea, em tudo difere das cidades mercantis e militarizadas que sustentaram o Renascimento latino. Enquanto a oposição à coroa metropolitana que se esboça contemporaneamente à maturação do barroco local, possui uma fisionomia totalmente diversa do cerco burguês às cortes onde floria a maneira frouxa do rococó. E, mais, aqui nada se encontra que assemelhe à organização social correspondente ao barroco dos reinos católicos ou das regiões dominadas pela burguesia protestante no século anterior. Não se queria, pois, buscar aqui um barroco que signifique os valores específicos de inexistentes grupos e instituições, como também não se queira, pela inexistência deles, negar a presença do barroco.»

(Lourival Gomes Machado, 1973, p. 166).

Qualquer estudo sobre o barroco mineiro deverá, inevitavelmente, chamar para a discussão teórica um clássico trabalho realizado pelo professor Lourival Gomes Machado intitulado- «O Barroco Mineiro». Nenhum outro foi realizado até hoje que o superasse em rigor e profundidade teórica. É nele que nos baseamos para apresentar as peculiaridades de que se revestiu o barroco produzido em Ouro Preto na época da mineração do século XVIII.

O fato das manifestações artísticas e arquitetônicas barrocas terem se apresentado num contexto histórico espacial, diferente do europeu, acabou dando-lhe configurações diversas. O material utilizado para aquela produção foi a pedra

sabão, material abundante e característico da região. Outro fator significativo foi a liberdade com que se implantaram os projetos das grandes basílicas no espaço da cidade. Enquanto nas cidades européias a construção dos templos e edifícios públicos tiveram que se ajustar ao afogamento das edificações pré-existentes, em Ouro Preto, e demais cidades históricas, «tratava-se apenas de plantar a igreja na terra virgem como uma afirmação e nunca se preocupou comunicar ao chão mais próximo o ritmo arquitetônico».

A emergência de uma densa vida urbana, porém sem tradições que permitisse a formação de uma mão de obra artesanal qualificada e organizadas nos moldes daquela que se formou com a consolidação das cidades européias dos séculos XV e XVI, diferiu bastante do modelo histórico europeu em que emergiu o barroco.

A vida urbana em Vila Rica, apesar de densa pela diversidade de funções, importantes para a economia mineradora, estava porém inserida num contexto histórico inibidor para a formação de uma classe de artesãos especializados. As restrições impostas pela coroa portuguesa sobre o desenvolvimento de manufaturas na colônia, não estimulou o crescimento do artesanato.

Tendo em vista a necessidade de construção das vilas, foi se formando um pequeno grupo de trabalhadores como, carpinteiros, marceneiros, trabalhadores de cantaria, ferreiros, etc. Quase sempre nascidos do próprio esforço pessoal, o que em parte tornava-os pouco especializados. Muitos deles executavam várias e diferentes atividades artesanais, repercutindo, assim, negativamente na qualificação desta mão de obra. A contratação destes artesãos para os trabalhos das construções das igrejas, edificações públicas e privadas, quase sempre significava receber a influência de formas criativas: «Tais imposições não afetaram, está claro, as possibilidades inventivas e criadoras, engendrando antes o problema da superação dos obstáculos quer no aspecto puramente ergológico — emprego de mão de obra escrava -, quer no aspecto propriamente artístico — pinturas colocadas em gravuras, técnica de lavra em madeira adaptando-se a pedra-sabão... transformando-se em verdadeira diretriz inspiradora, florindo em obras-primas... (Lorival Gomes Machado, 1973, p. 106).

Um breve olhar sobre a cidade de Ouro Preto, das partes mais altas que a circundam, poderemos vislumbrar um conjunto de casarões com dois ou três pisos, alinhados rentes às calçadas. Um conjunto densamente edificado, adaptando-se às íngremes colinas. Ladeiras tortuosas sobre as quais penduram-se o casario, seguindo sempre, de uma forma ou outra, em direção aos outeiros mais elevados sobre os quais se implantaram as grandes obras arquitetônicas da cidade- as Igrejas. No dizer de Gomes Machado: «Não há ruas, há ladeiras, não há caminhos, há voltas aos morros... Porque, na verdade, a topografia da zona do ouro ofereceu-se monumental e barroca.»

Em qualquer que seja a direção que lancemos o nosso olhar nos deparamos com a monumentalidade das Igrejas mineiras dominando o cenário da cidade. A

ostensiva presença das igrejas no espaço físico revela a importância que as mesmas representaram na organização da vida social.

Enquanto a coroa foi responsável pela organização do aparelho político-administrativo nestas áreas, as ordens religiosas e as confrarias (organizações laicas) assumiram a organização da vida civil. Nada acontecia em termos de vida social que não estivesse direta ou indiretamente ligadas a uma das duas. Desde as festas das cidades, registros de casamentos, nascimentos e óbitos, tudo era controlado pelas mesmas.

As Confrarias religiosas representaram um importante papel no processo de estratificação da sociedade local. As pessoas, em razão de sua condição social, filiavam-se diferentemente entre muitas que existiam. Entre elas as mais importantes foram as seguintes: confraria do Santíssimo Sacramento, onde se concentravam os «homens bons» da sociedade, Nossa Senhora do Rosário e outras. Inclusive os negros escravos possuíam suas confrarias.

A mesma importância que estas confrarias representavam como extensão das ordens religiosas, tiveram, também, em relação à construção do rico acervo arquitetônico representado pelas igrejas mineiras. Era com a contribuição em ouro dos seus membros que se pagavam os artistas, nacionais ou estrangeiros, para construir ou decorarem com esculturas ou estatuárias o interior e adros das igrejas. Quanto mais rica era a confraria, maior era o número e riquezas destas igrejas.

Assim, as ordens religiosas e as confrarias, na competição que acabaram realizando entre si para alimentar seu prestígio como representantes dos diferentes segmentos sociais, transformaram as grandes cidades da mineração, como Vila Rica e Mariana, em verdadeiros «Monumentos religiosos». A presença do catolicismo se fazia sentir em cada esquina ou espaço entre as íngremes colinas da cidade. Além das grandiosas igrejas, ao longo dos tortuosos caminhos, em pontos estratégicos do emaranhado de vias, estavam presentes enormes nichos como oratórios, onde se celebravam os atos da paixão, nas procissões e festas religiosas - os «passos».

A intimidade entre as casas enfileiradas ao longo das ruas, aqueles grandes nichos mais parecendo pequenas capelas, e a visão das grandes igrejas que podiam ser vistas de qualquer ponto da cidade, «sacralizavam» para o catolicismo estes espaços.

As festas religiosas realizadas em Vila Rica quase sempre significavam a mobilização da cidade convidando-a a rituais muito mais de ostentação de riqueza e poder das ordens religiosas e confrarias do que um ato litúrgico. Só para exemplificar o fato, vale lembrar da festa do «Triunfo Eucarístico». No final da primeira metade do século XVIII, quando ainda o ouro jorrava em abundância nos córregos dos rios da região, realizou-se a festa, numa demonstração de poder e prestígio das duas grandes matrizes, a de Nossa Senhora do Pilar, localizada bem próxima do córrego onde nasceu a Vila, e a de Nossa

Senhora da Conceição, no bairro de Antonio Dias, localizado no outro extremo do núcleo urbano.

A grandiosidade da festa, que durou uma semana, mobilizou toda a cidade, tornando-se a manifestação de uma disputa de prestígio entre as duas matrizes, onde cada uma simbolizava, de certo modo, o antagonismo entre paulistas e «emboabas»- nome dado aos portugueses instalados na vila. Enquanto Nossa Senhora da Conceição, também chamada de matriz Antonio Dias, representava os fundadores paulistas, a outra, os portugueses.

Adornos e aparatos de ouro nos objetos e vestimentas dos participantes das ordens religiosas e confrarias, desfilaram por uma semana pelas ruas de Vila Rica, quando então viveu o esplendor do ouro, o aroma dos incensos e o repicar dos sinos. A grandiosidade teve repercursões por toda a colônia, inclusive na metrópole portuguesa. Quem visita Ouro Preto nos dias de hoje, ainda houve falar de «Triunfo Eucalístico» como o momento épico da história da cidade.

Pensando a arte barroca como uma manifestação artística e cultural da contra-reforma a arrebanhar os fiéis para o seio do catolicismo, a presença de Ouro Preto com todo o seu acervo artístico e arquitetônico religioso, pode ser considerado um movimento vitorioso no Brasil. O repicar dos sinos das igrejas da cidade, definindo o ritmo do cotidiano das pessoas, representava, simbolicamente, a captura da alma desta gente para o seu rebanho.

A igreja católica que tão bem soube utilizar-se da arte barroca como forma de sedução pelos sentidos- «ouro, música e incenso», transformou o interior destas igrejas em lugar muito mais de contemplação mundana do que em lugar de orações. A efusão do ouro resplandecendo nos altares e ornamentos das duas igrejas matrizes, sintetizam o que de mais rico se produziu na arte de sedução do barroco em Ouro Preto. O mesmo se poderá dizer sobre as matrizes de Tiradentes e Mariana, como, também, da igreja de São Francisco, em Salvador, Bahia.

O barroco mineiro, principalmente o representado pelas suas igrejas, reveste-se de originalidade em comparação ao europeu. Sendo uma manifestação artística transplantada da Europa, assumiu aqui feições que o diferenciam daquele. Segundo Gomes Machado: «não se vazam mármore para transformá-lo em rendas, não se ondulam muros até desmentir a rigidez cúbica da construção, não se desdobram arquiteturas impossíveis na pintura dos tetos, mudando-os em pontos de passagem para o infinito do céu, apenas para confirmar nos reis a certeza do seu poder ou tributar aos santos a homenagem de nossa exaltação... Quando, pois, abordamos o problema do barroco mineiro, que é propriamente nosso problema, devemos estar seguros de não carrear, para esse rico e sedutor aspecto especial, as muitas imprecisões e outras tantas confusões que têm obstado a compreensão do fenômeno geral» (Lourival Gomes Machado, 1973, p. 165). Assim, a única forma de compreender a originalidade do produ-

to do transplante do barroco europeu para as cidades históricas mineiras, é contextualizá-lo no tempo e espaço em que foi produzido.

Nada é mais original na arquitetura destas igrejas do que o contraste entre a singeleza e austeridade de suas fachadas com o esplendor da arte decorativa e resplandecência do ouro no seu interior. Este efeito de contraste entre o exterior e o interior da arquitetura das igrejas mineiras, assemelha-se, em grande parte, aos efeitos entre o «claro e o escuro» das pinturas barrocas.

«É de se lembrar, por outro lado, a teoria da história da arte que vincula o espírito barroco peninsular à necessidade de expressar o poderio e o esplendor do estado absoluto. A se admitir tal tese o barroco seria, com sua vertigem alucinatória, não uma arte racional e, portanto de fácil apreensão pelo observador, mas antes, uma arte feita para estarrecer este espectador, intimidando-o.»

(Fritz Teixeira de Salles, 1982, p. 48)

As análises realizadas pelos historiadores da arte, sobre as teorias do barroco e suas relações com a evolução da cultura e das instituições sociais, em especial, as relações entre o «espírito do absolutismo» com o espírito do Barroco, revelam-nos que muitos foram aqueles que aceitaram a tese de que o barroco esteve profundamente associado à uma ética política: «Sem dúvida, Ballet parte dos elementos ético-políticos decorrentes de uma definição bastante geral do absolutismo: decompondo o binómio «poder ilimitado», é possível chegar a expressões no âmbito vital desses dois termos que, pelos intermediários «existência», «ação» e aspiração ao infinito», nos dão as características do «esplendor», da «dominação», da «violação» e do movimento sem fim. (Lorival Gomes Machado, 1973, p. 60).

Em tudo a presença do estado e da igreja nas cidades da mineração e na arte barroca produzida, enquadram-se nestes pressupostos teóricos. Porém, quando analisamos esta ética-política e suas relações com um urbanismo barroco pouco estudado ainda nas cidades históricas mineiras, percebemos que qualquer transposição apressada poderá levar a imprecisões e equívocos.

Se é possível associarmos as teorias do barroco e do absolutismo às manifestações isoladas das edificações, esculturas, pintura e mesmo musical que se produziu em Ouro Preto, dificilmente poderíamos fazer a mesma associação a uma teoria do urbanismo barroco, onde as grandes praças centrais emolduradas por um alinhamento de casarões com altimetria e volumetria rigidamente pro-

jetadas, desdobrando-se em quarteirões com vias paralelas, seguindo sempre o plano da «praça central», estivessem aí presentes. Este padrão é inexistente em Ouro Preto, tanto pelas razões de sua topografia como em razão da própria história da evolução da cidade. As únicas breves manifestações desta forma de urbanismo puderam ser encontrados na praça na cidade, e na e volumetria do casario, seguindo sempre uma mesma escala, alinhando-se ao longo das vias tortuosas das ladeiras, aproximando-se daquela «plasticidade rígida do urbanismo barroco». Foi na praça Tiradentes que se implantaram os grandes símbolos do poder: O palácio dos governadores, a câmara municipal e a cadeia pública.

O do conjunto urbano formado pela unidade arquitetônica do conjunto do casario, a imponência de suas igrejas, mais pela posição privilegiada nos promontórios do acidentado relevo, disputados pelas diferentes confrarias, do que pela escala de suas dimensões, aparece, ainda hoje, como se estivesse perdido na imensidão dos «mares de morros» no interior do sertão mineiro.

Apesar da ausência de uma preocupação por parte da coroa de se estabelecer aí qualquer instituição de ensino, calcula-se que 70% da população livre, na época, era alfabetizada. Se, inicialmente os grandes projetos arquitetônicos eram realizados por mestres portugueses à partir da segunda metade do século XVIII passaram a ser realizados por «brasileiros».

No conjunto de artistas —pintores, escultores e arquitetos— que se formaram no interior de vida urbana de Vila Rica, dois merecem destaque pela grandiosidade de suas obras: Antonio Francisco Lisboa, o «Aleijadinho» e Manoel da Costa Ataíde, dois nomes «brasileiros» que marcaram definitivamente a nossa artes barroca.

«Aleijadinho», o apelido que Antonio Francisco Lisboa recebeu, decorreu de uma enfermidade deformante que o acompanhou por toda a vida. Apesar disto, conseguiu criar as maiores e mais expressivas obras do barroco mineiro. Filho de pai português e de uma escrava negra, homem livre e culto, deixou, além de inúmeras esculturas em pedra sabão, aquela que foi sua grande obra - A igreja de São Francisco de Assis. Autor do projeto e construtor da igreja, revelou-se um grande estudioso de arquitetura, tendo conseguido criar com esta igreja, na *longínqua Vila Rica, tão distante dos grandes centros europeus do barroco, uma forma própria de expressão artística.*

A análise das esculturas realizadas por Aleijadinho ou sobre sua orientação, revelam um traço peculiar da arte barroca do artista. Soube utilizar com maestria o cinzel, deixando em suas obras a marca do protesto contra a tirania portuguesa. Isto pode ser visto nas esculturas de soldados romanos açoitando Cristo vestindo botas. usadas, então, pelos soldados portugueses, ou na figura de Cristo martirizado, apresentando no pescoço, as marcas de enforcamento, em alusão ao martírio de Tiradentes.

O Barroco como forma exacerbada de expressão das emoções. representou nas mãos deformadas deste artista. a força da denúncia contra a tirania que se

abatia sobre aqueles que lutavam para afirmar a identidade de uma nação que emergia entre o sangue e os cascalhos de ouro - a nação brasileira.

Para German Bazim, que exerceu a função de Curador do museu do Louvre, em sua obra sobre o barroco mineiro intitulado «Aleijadinho», situou-o entre os maiores artistas barrocos do mundo. Enquanto Aleijadinho representou a grandiosidade da arquitetura e escultura, mestre Ataíde, como era chamado Manoel da Costa Ataíde, representou a arte barroca na pintura. Dele são as pinturas mais expressivas das igrejas de Ouro Preto e de outras cidades da mineração.

Crepúsculo de Ouro Preto

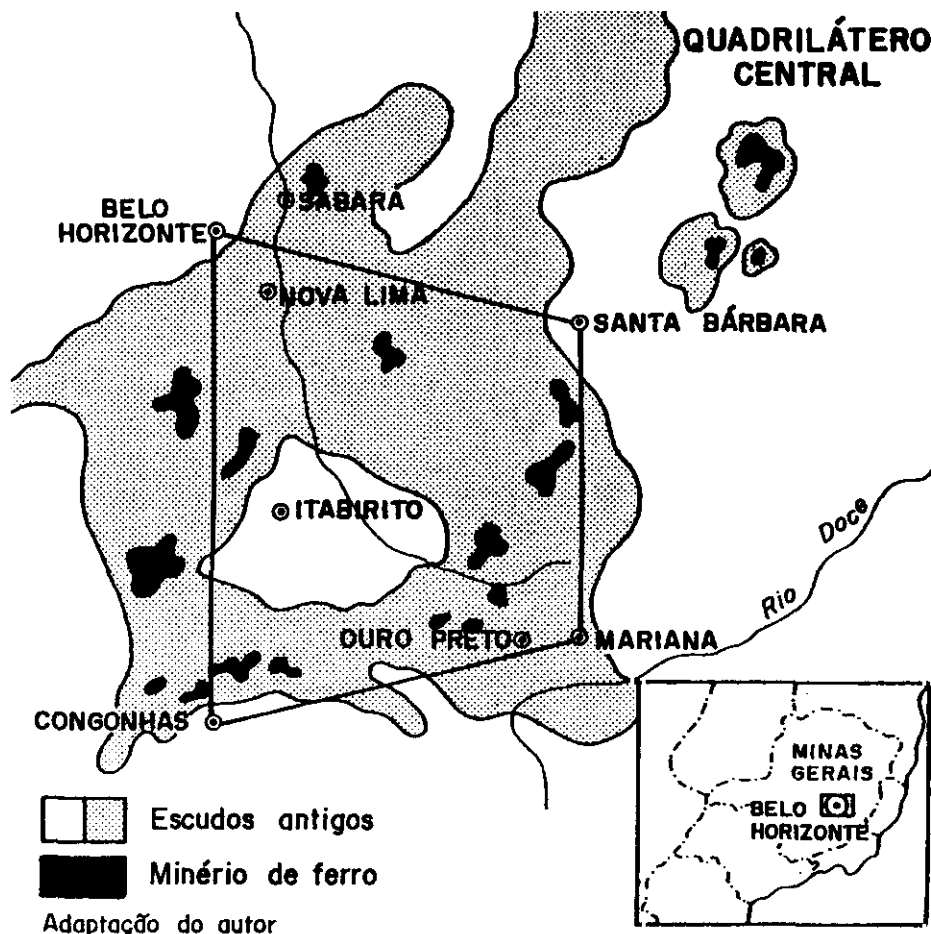
Ao findar o século XVIII, após não mais do que algumas décadas de esplendor, as cidades históricas mineiras presenciaram os sinais de decadência como o grande centro dinâmico da economia e das artes na colônia. A excessiva tributação pelo fisco português e o esgotamento apresentado pelas minas de ouro, fez com que o desânimo e o abandono tomasse conta do lugar.

Com a instituição da «derrama», nome dado à forma de cobrança dos tributos, onde o valor era prévia e arbitrariamente estabelecido, tendo sido produzido ou não o ouro, levou não somente ao desânimo e abandono de muitas minas, como também, foi a causa mais direta da Inconfidência Mineira.

Ouro Preto, a mais dinâmica e prospera das cidades do ouro, localizada em condições desfavoráveis quanto ao seu sítio urbano, com o abandono das minas e do comércio realizado com produtos vindos de outras regiões e do estrangeiro, não conseguiu manter sua vitalidade como grande centro urbano.

A inexistência de um artesanato industrial local e da prática da agricultura, tanto pelas condições físicas do relevo, quanto por imposição régia da coroa portuguesa impediram a possibilidade de uma reorientação de sua economia. Deve-se mais uma vez associar a este fato, a distância e a precariedade dos transportes que a separava dos outros centros localizados na zona litorânea da colônia.

Assim, Ouro Preto e a maioria das cidades do ouro, permaneceram por mais de um século mergulhadas em bases econômicas muito frágeis. Três fatores deverão ser aqui considerados para explicar por que Ouro Preto e todo seu acervo como patrimônio histórico foi preservado. Primeiro, pelo fato de não ter se estabelecido nesta região as grandes lavouras monocultoras que passaram a se implantar no sudeste brasileiro, como a da cana-de-açúcar e do café no início do século XIX; segundo, pelo fato de ter exercido a função política administrativa de capital de província até alguns anos após a proclamação da república brasileira, em 1889, função de certa forma compatível com todo aquele acervo arquitetônico; terceiro, por ter sobrevivido às investidas da industrialização que se fortalecia nas cidades do sudeste brasileiro.



Com a implantação da CSN (Cia Siderurgica Nacional) nos anos 40, no estado do Rio de Janeiro, próxima ao quadrilátero ferrífero - uma das maiores jazidas de ferro do Brasil, dentro do qual onde se localizam as cidades históricas mineiras, a ameaça se colocou sobre este acervo barroco brasileiro.

A crescente exploração das minas de ferro atraindo outras indústrias siderúrgicas e abundante quantidade de mão de obra operária, gerou uma profunda inquietação sobre o destino de todo este patrimônio. Com a ameaça que a expansão do comércio e da industrialização representava, incompatíveis com sua natureza histórica, o governo brasileiro pelo decreto n.º 22.928 de 12.07.33 decretou Ouro Preto como patrimônio histórico nacional. Esta preocupação do estado acabou beneficiando também outras cidades históricas da mineração.

Em 20.04.38 com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional) foi tombado pelo órgão, todo o centro histórico desta cidade do ouro. Finalmente, em 1980, a UNESCO colocou-a sob sua proteção como Patrimônio Histórico da Humanidade, considerando-a como um dos grandes conjuntos barrocos do mundo.

Quem visita hoje esta cidade tem a oportunidade de constatar que o estado de conservação e recuperação do seu patrimônio artístico e arquitetônico encontrase com qualidade satisfatória. Muitos antigos prédios com estruturas comprometidas e fachadas estão sendo restaurados.

Porém, o grande desafio que se coloca para a preservação deste patrimônio refere-se a um processo de degradação do seu ambiente visual urbano. Poderíamos mesmo afirmar, baseando-se em evidências empíricas, que as estruturas das edificações encontram-se também ameaçadas. A circulação dos automóveis pelas íngremes ladeiras sobre o leito carroçável revestido de blocos de pedras, criam impactos sobre as estruturas de suas edificações. Não bastasse isso, por si só, a circulação deste veículos no interior do compacto centro histórico, torna-se um invasor na paisagem urbana. A grande quantidade de placas para a sinalização de trânsito e painéis publicitários, tornam-se elementos em desarmonia com a paisagem. É frequente encontrarmos, ao longo de suas vias e poucas praças, automóveis estacionados sobre as calçadas de suas estreitas ruas. Estes fatos acabam se transformando em formas de agressões ao conjunto arquitetônico urbanístico da cidade. Nega-se, assim, ao turista, ou ao estudioso deste patrimônio, a transcendência necessária na «reconstrução imaginária» do século XVIII, sem a qual, todo este conjunto se resumirá simplesmente num amontoado de edificações de pouca significação.

BIBLIOGRAFIA

- BAZIN, German (1963): *O Aleijadinho*. Editora Record. Rio de Janeiro.
LATIF, Miriam de Barros (1991): *As Minas Gerais*. Editora Itatiaí. Belo Horizonte.
MACHADO, Lourival Gomes (1973): *Barroco Mineiro*. Editora Perspectiva. São Paulo.
SALLES, Fritz Teixeira de (1982): *Vila Rica do Pilar*. Editora Itatiaí. Belo Horizonte.
HOLANDA, Sérgio Buarque de (1968): *A Época Colonial I - História da Civilização Brasileira*. Ed. Difusão Européia do Livro. São Paulo.
REIS, Nestor Goulart (1994): *Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil*. Cadernos de Pesquisa LAD, n.º 3, FAU-USP, nov./dez.

RESUMEN

Ouro Preto, una histórica ciudad minera del «Sertão» brasileño».

A través de un cuidadoso estudio de la economía minera del siglo XVIII y del poblamiento interior del Brasil colonial, se llega a la fundación de la Ciudad

de Ouro Preto y de su conversión en una de las primeras, por su origen y su significado, ciudades de Brasil. Tras considerar esta experiencia urbana en el Brasil rural, se analiza la nueva sociedad urbana surgida, su extraordinaria monumentalidad barroca y, finalmente, el crepúsculo de esta genuina urbe brasileña del siglo XVIII.

ABSTRACT

Ouro Preto, a historic mining town in Brazil's «Sertao».

Starting on a careful study of the 18th century's mining economy and on colonial Brazil's inner population, the paper arrives to Ouro Preto's foundation and to its becoming one of the first cities of Brasil, both for its origin and its relevance. After taking into account this urban experience in rural Brasil, it analyzes the new urban society with its outstanding Baroque buildings as well as the twilight of this authentic Brazilian 18th century city.

RESUME

Ouro Preto, une ville historique minière du «Sertao» brésilien.

On fait une soignée étude de l'économie minière du XVIIIème siècle et du peuplement intérieur du Brésil colonial et on arrive à la fondation de la ville d'Ouro Preto, qui est devenue une des premières villes du Brésil, para son origin et signifié. Après avoir considéré cette expérience urbaine dans le Brésil rural, on analyse la nouvelle société urbaine surgie, son extraordinaire monumentalité baroque et, enfin, le crépuscule de cette originale ville brésilienne du XVIIIème siècle.